

CRISE ORGÂNICA E LUTA DE CLASSES

Marcos Arruda
Instituto PACS/RJ¹

“Substituir o pensamento que isola e separa
pelo pensamento que distingue e une.”
Edgar Morin

O prof. Umberto d’Ambrosio, em palestra recente, usou a metáfora das gaiolas epistemológicas para se referir à prisão dos paradigmas e das visões de mundo. Ele falava de uma academia que entende o mundo, os seres e os campos do conhecimento de modo atomizado e desconectado, cada acadêmico fechado na gaiola da sua disciplina, incapaz até de saber de que cor é a sua gaiola por fora. Ele advogava em favor de uma epistemologia transdisciplinar e de uma visão orgânica e sistêmica do mundo e dos seres que habitam o imenso Cosmos.

Este é também o ponto de partida desta breve reflexão. Observemos que Antonio Gramsci é um mestre da arte de distinguir e de unir. E completemos o postulado de Morin, acima, recordando, com Karl Marx², que o pensamento holístico, sistêmico e orgânico não faz outra coisa senão reconhecer a diversidade e, ao mesmo tempo, a unidade do concreto. Ou seja, a realidade do mundo e do Homo³ inclui duas dimensões opostas, complementares e congruentes: a diversidade e a unidade. Cabe-nos adequar nosso pensamento e nossa práxis a esta paradoxal e complexa realidade.

O presente seminário busca valorizar o pensamento de Antonio Gramsci, um filósofo da práxis de um brilho extraordinário, cuja contribuição é valiosa e atual sete décadas depois de sua morte. A originalidade da sua obra se funda numa visão ao mesmo tempo dialética e não dogmática do mundo e da História. É seu mérito a valorização da dimensão cultural na formação das constelações civilizatórias, e sua crítica do que ele chama de ‘estatolatria’, em tempos em que os movimentos ditos revolucionários buscavam o poder do Estado como a grande finalidade da revolução. Quanta sabedoria nas palavras do padre-poeta nicaraguense e ministro da Cultura do governo sandinista, Ernesto Cardenal, quando ele e eu conversamos em Manágua, em dezembro de 1979, pouco depois da vitória da insurreição popular contra o ditador Somoza:

A grande lição que aprendemos com a vitória foi que só agora, quando com o povo constituímos o governo sandinista, é que começa de fato a revolução. Digo isto levando em conta que antes o inimigo era visível, externo, e a luta era apenas questão de combatê-lo com as mesmas armas que ele usava contra nós; e agora, o inimigo é interno, invisível, sempre disfarçado e difícil de combater. Trata-se dos nossos impulsos egocêntricos, do risco da soberba, da vaidade, da arrogância, do abuso da hegemonia que conquistamos junto ao nosso povo. Como usar o Estado para servir ao povo - ajudá-lo a se empoderar para ser ele o sujeito da revolução, e não nós próprios, - esta é a grande questão.

¹Economista e educador, associado ao Instituto PACS (Rio de Janeiro) e ao Instituto Transnacional (Amsterdã). Texto da apresentação oral feita no Seminário sobre Crise Orgânica e Luta de Classes, organizado pelo NUFIFE/UFF e IGS Brasil, em 1.6.2016.

²Refiro-me à discussão epistemológica de Marx no prefácio dos “Fundamentos da Crítica da Economia Política”.

³Em minhas obras tenho usado o termo latino ‘Homo’ no sentido latino, ou seja, genérico. Em latim, Homo, hominis é o gênero humano, Vir, viris é o homem no masculino.

Assinalo brevemente o ponto de partida e as premissas desta reflexão.

O ponto de partida é o reconhecimento da falência da Civilização do capitalismo globalizado em responder aos desafios do desenvolvimento humano e social de todos os habitantes no planeta em harmonia com a Mãe Terra.⁴

A realidade do sistema do capital globalizado se mostra contraditória. Aparentemente, o sistema nunca esteve tão forte, em sua forma mais brutal, desumanizadora e anti-social. Disparidades de renda e riqueza, empobrecimento de amplas massas, inclusive nos países de alta renda, guerras, invasões do território dos países de média e baixa renda por empresas de mineração, petroleiras, químicas, agro alimentícias, farmacêuticas, intervenção do poder imperial na gestão estatal dos países do Sul, envenenamento dos solos e das águas pelos produtos agrotóxicos, plásticos e resíduos nucleares, crise de sobre-endividamento generalizada, hegemonia econômica e ideológica dos agentes das finanças globalizadas, altos índices de uso de drogas, alcoolismo, medicamentos antidepressivos, suicídios, em resumo, são inúmeras as evidências de que a civilização do capital está em desagregação.

No campo econômico o industrialismo capitalista, marcado pelo utilitarismo arrogante, pela privatização dos bens comuns e pelo desprezo pelo meio natural tem gerado crises como a atual, com altos índices de desemprego, agravamento da exploração e da exclusão social, aprofundamento do abismo entre classes sociais, destruição ambiental biocida e suicida. No campo político, o Estado tem sido usado para garantir a hegemonia do grande capital sobre os poderes das Nações, as agências de governança global e a grande mídia. O estatismo e o partidismo permanecem dominantes, mas o poder político de fato é exercido pelas grandes corporações, sobretudo privadas.

⁴No livro “Tornar Real o Possível: Economia Solidária, Desenvolvimento e o Futuro do Trabalho”, 2006, Editora Vozes, apresento evidências que dão substância a esta proposição. Ler também Luis Razeto, 2016, “A Crise da Civilização Moderna e a Criação da Nova Civilização”, texto apresentado em seminário em Fortaleza, CE e divulgado em português pelo PACS.

A democracia representativa, de fato convertida em *corporatocracia*, e dissociada das instâncias de participação direta do povo nas decisões que lhe afetam perde legitimidade, estreitando-se os limites permitidos para a expressão do dissenso, e fortalecendo o pretexto que justifica a repressão. No campo cultural, continuam dominantes a ciência mercantilizada, o positivismo e o materialismo vulgar, cuja marca existencialista impede a visão integral e de longo prazo e fecha os atores nas estreitas fronteiras do agora ou dos curtos anos de mandato eleitoral. O capital globalizado permeia todas as outras relações e a economia do capital passou a predominar sobre as atividades-fim da existência humana, substituindo a imaginação, a liberdade de criar e a utopia pela crua

ilusão de que tudo e todos têm que ter um valor monetário no “mercado”, que o sentido da vida humana reduz-se ao consumismo e ao produtivismo, e que a competição individualista em busca de riqueza material, prestígio e poder sobre os outros é o meio de tornar-se *vencedor* num mundo de *perdedores*.

Impossível deixar de reconhecer, por um lado, que a luta de classes está hoje tão globalizada quanto o capital e, por outro, que os seus promotores são as classes dominantes, através de um modo de produção que subordina tudo, inclusive a vida, à lógica da acumulação do capital, sem consideração pelos seus custos, sejam eles em vidas humanas, sejam em opressão e desagregação social, sejam em destruição ambiental. A antiga ordem do capital centrada na força de trabalho manual e no regime assalariado está cedendo lugar a uma política tecnológica sempre mais informatizada, em que as inovações tecnológicas substituem em ritmo sempre mais acelerado o trabalho humano e reduzem a oferta de empregos, permitindo aos donos do capital absorverem a quase totalidade dos ganhos da produtividade. Disso decorre o aprofundamento do abismo entre a classe dos que vivem do capital que possuem e as classes que vivem dos frutos do seu trabalho, ou apenas sobrevivem na miséria e na exclusão. A crescente insatisfação e frustração com a economia da escassez e da desvalorização do *Homo* frente ao capital leva ao agravamento dos conflitos sociais em todas as frentes, o que justifica o uso crescente do aparato militar do Estado contra as populações.

A civilização do capital mantém a maioria da população do mundo numa etapa evolutiva ainda inferior, em que prevalece a luta pelos seus próprios “direitos animais”, ou seja, os direitos que condicionam a mera sobrevivência física. Mas a História não cessa de evoluir, e já se abrem portas para a superação de algumas das principais condicionantes da liberdade que o sistema do capital impõe à maioria.

Corporatocracia

um sistema de poder dominado pelas grandes corporações, sobretudo privadas, concentrando o capital e centralizando as decisões, formando bancadas nas instituições dos poderes da República, controlando os meios de informação e a publicidade, manipulando a cultura, privatizando os bens comuns e os serviços essenciais, desregulando a economia em seu favor, cortando direitos adquiridos dos trabalhadores, comprimindo seus rendimentos, apropriando-se dos ganhos da produtividade, moldando os gostos e o modo de pensar da população, corrompendo políticos e líderes populares, e usando o braço armado do Estado contra a resistência e a luta dos setores oprimidos pelos seus direitos. Todo este poder torna assimétrica a força do capital em comparação com a da maioria trabalhadora. A pergunta das classes oprimidas, que não consegue calar, é: que estratégias adotar para superar a corporatocracia e reconquistar a verdadeira democracia?

Uma das estratégias de transição é combinar a democracia representativa com diversas instâncias de democracia direta. No espaço estatal, consultas populares, tais como plebiscitos e referendos; conselhos de cogestão das políticas públicas – a gestão do orçamento público em todos os níveis, o planejamento participativo do desenvolvimento e sua implementação colaborativa, a seguridade social (saúde, previdência e assistência); a educação pública, gratuita e de qualidade; e a adoção de indicadores de desenvolvimento social e humano, e não apenas econômicos. No espaço da sociedade, a educação para o empoderamento das comunidades em seus territórios e biomas, a fim de assumirem as responsabilidades da autogestão do desenvolvimento dos seus potenciais e recursos; a construção de laços de complementaridade e de colaboração solidária entre elas; a prática do princípio de subsidiariedade⁵ por parte dos outros níveis de governo; a adoção de indicadores socioeconômicos, ambientais, de bem viver e de felicidade, que servirão de base para o planejamento socioeconômico integral com participação das mesmas comunidades, em colaboração com as instâncias de governo.

Estatocracia

No Brasil o PT, enquanto esteve no governo federal, adotou a forma centralista de governo, mais que a da democracia. Muitos quadros do PT e de outros setores da esquerda estão convencidos de que só um sistema de governança patriarcal e autoritária é capaz de levar à transformação social. Exemplo vivo da estatolatria de Gramsci. A Venezuela de Chávez tentou experiências de construção de um Estado democrático popular paralelo ao Estado dominado pela lógica do privilégio e dos favores. Esta experiência

⁵ Significa que a responsabilidade pela gestão do território da comunidade para a garantia ou o incremento do bem viver e das liberdades pessoais e coletivas não deve ser assumida pelos níveis mais abrangentes de governança regional, e assim sucessivamente até o nível global. Ver Euclides Mance, 2008“*As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica*”, IFIBE, Passo Fundo, RS: pp. 128.

deu bons resultados, particularmente em nível local e municipal, mas as contradições internas e externas que abalaram o projeto revelaram o grau de dificuldade de fazer a transição de um Estado burguês e corporativista a um Estado democrático popular.⁶ O mesmo podemos observar na Nicarágua Sandinista dos anos 80. A estatocracia ganhou outro perfil na China das últimas décadas, sob o regime que o governo chinês apelidou de “socialismo de mercado”. Trata-se de um Estado centralista, patriarcal, autoritário que controla a economia em benefício da burocracia estatal e partidária, e de uma pequena casta de empresários e banqueiros privados. Em todos os casos, a Estatocracia é uma forma opressora e alienadora de governo, que conduz a contradições antagônicas frente ao projeto libertador da verdadeira democracia, seja sob o nome de socioeconomia solidária, seja de socialismo democrático.

A História tem provado que existe uma cultura do prestígio e do privilégio regendo as relações políticas entre as classes. A premissa do eu-sem-nós prevalece como traço cultural do sistema do capital, configurando as relações sociais na forma de guerra de todos contra todos, naturalizando a lógica dos vencedores e perdedores (ganha-perde), e estendendo a todas as relações a marca do patriarcalismo, ou seja, a verticalidade e a concentração do poder, e o predomínio dos interesses dos homens sobre os das mulheres. A democracia, ao contrário, parte da convicção de que cada pessoa, com raras exceções, traz em si o potencial de tornar-se sujeito do seu existir individual e social, e do desenvolvimento dos seus potenciais multidimensionais. O desafio consiste em reorganizar a sociedade e o Estado tomando em consideração esse potencial de cada ser, e nossa natureza ao mesmo tempo individual, social e natural. Criar o ambiente propício para este desenvolvimento, que implica no empoderamento de cada pessoa e de cada comunidade para tornar-se sujeito e cidadão ativo do desenvolvimento socioeconômico e humano, em harmonia com o meio natural, eis a questão. Serão necessários, para responder a este desafio, pessoas “em transição”, ou seja, em processo ativo de transformação pessoal, capazes de viver a política e usar o poder que lhes outorgam os eleitores como uma responsabilidade e um serviço. Por isso a transformação intelectual, moral e ética de que fala Gramsci, à qual eu acrescento a dimensão espiritual também, é uma exigência indispensável para tornar viável um Estado a serviço da libertação e do empoderamento cidadão; e uma sociedade que se conscientiza e se empodera para assumir a responsabilidade de sua própria governança de forma autogestionária, interdependente e solidária.

⁶ Ver Marcos Arruda, 2007, “Aurora de uma Venezuela Inovadora”, Boletim Massa Crítica n. 24, PACS, julho - <http://www.pacs.org.br/files/2012/12/massa-24.pdf>

Plutocracia

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, em renda e em riqueza. Há dados chocantes que evidenciam isto, tais como: 1% dos mais ricos controlam 27% de toda a renda do país,⁷ e cem vezes o que detêm os 10% mais pobres; 10 milhões de pessoas ainda vivem na miséria, com até US\$ 1,25 de “renda” diária; e o índice de Gini, que mede a distribuição de renda, estava em 0,498 em 2013 (aqui, 1 é a desigualdade absoluta); o Brasil está em nono lugar entre os países com Gini mais desigual do mundo em 2015, com 72,86 (por esta medição, 100 é a desigualdade absoluta);⁸ a diferença entre rendimentos de homens e mulheres ainda é de 73,7%; e o fato de a população negra ser 53,6% e sua renda não alcançar mais que 17,4% da renda total. Os reflexos desta concentração de renda e riqueza sobre a qualidade de vida – educação, saúde, saneamento, cultura, lazer, previdência, etc. são estarrecedores. Não há justificativa para as seis a sete décadas de “desenvolvimento” terem resultado neste quadro social e ambientalmente perverso, e numa economia que não saiu do estágio neocolonial. Contrastemos esta realidade com o fato de o Brasil ser, em muitos aspectos, o país com maior quantidade absoluta de riquezas e bens naturais. Com o potencial, portanto, de prover bens e serviços mais do que suficientes para atender às necessidades da sua população! E ainda estender uma mão solidária para países menos dotados do nosso continente. Conclui-se que o problema é o sistema do capital hoje globalizado, da ilusão do crescimento ilimitado, e do lucro como motivação dominante. Este sistema mais do que provou ser historicamente insustentável, humana e socialmente injusto e alienador, e ambientalmente destruidor.

Tecnocracia

A máxima muitas vezes repetida de que “não há problema que a tecnologia não possa resolver” é mais uma ilusão que o sistema do capital divulga com veemência. Se isto fosse verdade, já não teríamos nem miséria, nem pobreza, nem mudança climática acelerada, nem queda acentuada da biodiversidade, nem desmatamento e desertificação, nem poluição das águas continentais e oceânicas, nem infelicidade, desespero e perda do sentido da vida, nem altos índices de suicídio em países abastados. O avanço tecnológico pode ser um progresso na História humana, mas quando ele acontece para gerar lucros a qualquer custo como primeira finalidade, ele se torna fator de fracasso nos planos social, humano e ambiental. Exemplos extremos são a indústria bélica, sempre inovando em formas mais eficientes de matar, desviando recursos que seriam promotores de vida para fazer lucros com a morte.

O foco principal desta reflexão é a acelerada substituição da energia e do trabalho humano por máquinas, através de campos altamente complexos da indústria contemporânea: informática, robótica e telemática. Sou da opinião de que a substituição de trabalho e energia humana por máquinas é positiva,

⁷ Carta Capital, 14.1.2016; IBGE-PNAD, desigualdade de renda, 2014;

⁸ *Global Wealth Report, 2015*, do grupo financeiro Allianz, de base suíça.

quando significa economizar esforço e liberar tempo de trabalho. Contudo, a grande questão é: para onde vão os ganhos da produtividade do trabalho social que gerou estas mudanças? No sistema da propriedade privada, são os donos do capital os que se apropriam desses ganhos. Junto com a política tributária regressiva, que protege os ricos enquanto abre as veias e suga o sangue das classes trabalhadoras, a apropriação privada dos ganhos da produtividade do trabalho social age como fator eficaz de concentração crescente de renda e de riqueza, e marginalização ou precarização crescente da força de trabalho que é demitida por já não ser ‘útil’. Na perspectiva da transição para uma sociedade igualitária, livre e fraterna, não há como escapar da necessidade de uma reforma tributária progressiva e de uma mudança radical no regime de propriedade: o escalonamento equitativo dos impostos em proporção direta com os ganhos; a partilha daqueles ganhos com a sociedade na forma de renda mínima de cidadania; e a democratização do controle do capital e dos bens comuns, que no Brasil ainda são abundantes. Estas políticas serão, a meu ver, a única maneira de democratizar os ganhos da produtividade e realizar a aspiração de todas e todos ao bem viver e à felicidade.

Democratizar os ganhos da produtividade significa ampliar a remuneração do povo trabalhador, reduzir sua dependência do crédito para ter acesso aos produtos básicos para uma vida digna, e dar-lhe, em última instância, uma escolha promissora: receber sua parcela destes ganhos em valor monetário ou em tempo reduzido de trabalho necessário. O excedente de remuneração resulta no aumento do poder aquisitivo da pessoa e sua família e, conseqüentemente, na redução da sua necessidade de endividar-se. A escolha da redução do tempo de trabalho necessário resulta no aumento do tempo disponível para as atividades ligadas ao desenvolvimento dos potenciais superiores da pessoa, como a convivência com a família e amigos, serviço voluntário a outras pessoas ou comunidades, ação educativa de si próprio, dos filhos ou netos, exercícios físicos, atividades culturais e de expressão artística, desenvolvimento intelectual, psíquico e espiritual, lazer e outras. Numa palavra, trata-se do aumento da qualidade de vida e do desenvolvimento dos potenciais superiores do *Homo*, que se traduzem em felicidade.

As premissas

É importante explicitar as premissas que fundamentam a visão de uma nova civilização.

1. Premissa Cosmológica

A ciência contemporânea afinal converge com sabedorias ancestrais, bem resumidas no excerto da Carta de um chefe indígena da América do Norte em 1858:

A Terra não pertence, ao homem: é o homem que pertence à Terra. **Todas as coisas estão interligadas**, como o sangue que une uma família. Tudo que agride a Terra, agride os filhos da Terra. Não foi o homem quem teceu A TEIA DA VIDA: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à TEIA, a si próprio fará.

2. Premissa Antropológica

O *Homo* concebido como relação, como ser ao mesmo tempo individual e social; ser ao mesmo tempo natural (“nascido de mulher”) e transcendental (definido como *Homo Sapiens Sapiens, Amans, Loquans* por sua consciência reflexiva, antecipatória, noética); ser complexo, evolutivo, multidimensional e em contínuo processo de fazer-se (poiese, em grego): autopoiese (autor de si mesmo através das relações afetivas e de trabalho como ações edificadoras do próprio sujeito), antropopoiese (autor da espécie via sociabilidade e ação cultural colaborativa), e cosmopoiese (autor do mundo através da pesquisa, da construção de saberes e de sua aplicação na práxis mediante seu trabalho e sua criatividade).

3. Premissa Sociológica

O *Homo* é um ser direcionado para o bem viver e para o amor (entendido como o acolhimento do outro enquanto autêntico outro no conversar e no conviver)⁹. Seu sentido individual e social é fazer prosperar a vida e usufruir dela de forma harmônica entre si, nos coletivos humanos, e em relação com o meio natural; e criar o ambiente propício ao desenvolvimento dos potenciais e atributos do seu ser individual e social. Este ambiente inclui o modo de organizar sua comunidade e a sociedade a que pertence nos diversos campos do seu existir, e em harmonia com o meio natural. Ainda no campo sociológico, o *Homo*, além das responsabilidades relacionadas ao seu viver individual e relacional, tem direitos hoje reconhecidos como universais, tais como os ontológicos - vida, trabalho, vida comunitária, tempo livre, desenvolvimento, liberdade, respeito, dignidade, beleza, paz, amizade, amor – e os funcionais - água e alimento, saúde, moradia, ambiente saudável, “propriedade” (posse compartilhada dos bens produtivos que garantem a vida). A questão do poder de gestão da sua existência e do desenvolvimento dos seus potenciais é, neste âmbito, crucial: o direito e o dever do *Homo* de empoderar-se para realizar a autogestão do seu próprio desenvolvimento individual, e a cogestão do desenvolvimento dos potenciais de cidadania nos espaços comunitários, sociais, econômicos, culturais e cidadãos. Esta visão democrática, que Gramsci “chama de socialização do poder político”, dá à política uma abrangência bem mais ampla do que o simples poder do

⁹ “Nós, seres humanos, somos animais que dependem do amor. Isto fica evidente no fato de que ficamos doentes quando privados de amor, em qualquer idade” Humberto Maturana, biólogo chileno. Ler “Biology of Love”, by Humberto Maturana Romesin and Gerda Verden-Zoller, Munchen/Basel 1996. Elaboro sobre estas premissas no livro “Humanizar o Infra-Humano: *Homo* evolutivo, Práxis e Economia Solidária”, Vozes, 2003.

Estado. Podemos, assim, definir socialismo como a economia democratizada, e postular que não é possível separar o socialismo da verdadeira democracia. No meu linguajar, sem democracia socioeconômica e cultural não há democracia política. Isto obriga a uma redefinição radical do papel da Sociedade Civil, e do Estado em relação às comunidades e à sociedade. A primeira, concebida como sujeito do desenvolvimento dos seus potenciais, e não entidade subalterna, subserviente e dependente de um Estado todo poderoso. O segundo, como uma superestrutura organizada para servir, facilitar, harmonizar, orquestrar a diversidade da primeira em torno de um projeto comum de nação e de povo livre, soberano e solidário.

Globalização e conflitos entre capital e trabalho

O Brasil tem uma população que excede os 200 milhões, a metade constituindo a PEA (população economicamente ativa) em 2013. Olhando minuciosamente a evolução e a composição da força de trabalho no capitalismo brasileiro e mundial, fica evidente que a complexidade da economia tornou obsoleta a visão de classes que prevaleceu a partir da Revolução Industrial. O número de celulares, de uso individual, aproxima-se do número de habitantes jovens e adultos do planeta. Existem no mundo mais de um bilhão de famintos e excluídos, numa etapa em que a riqueza global produzida em 2015 equivale a US\$ 113 trilhões, e a riqueza pessoal detida pelo 1% mais rico do planeta alcança US\$ 153,2 trilhões.¹⁰ Ao mesmo tempo, a classe de trabalhadores diretamente envolvida na produção de bens tem diminuído aceleradamente, devido aos avanços da tecnologia nela aplicada. Diversificam-se as atividades de serviços, que ganham um peso sempre maior na oferta de trabalho no planeta. A complexidade do Estado e das tarefas da administração pública em todos os níveis também oferece um perfil novo de funcionários, cuja luta por melhores remunerações e condições de trabalho mais estáveis e mais dignas ganhou proporções inauditas no fim do século passado.

Procurando identificar as classes a partir dos seus interesses mais gerais, tenho observado que a polarização dos interesses ocorre em torno de dois tipos de modo de vida que operam a clivagem maior na sociedade tecnocrática atual: por um lado, a maioria da humanidade jovem e adulta vive da venda da sua força de trabalho no “mercado de emprego”, e está ainda subordinada a rendimentos baixos, obtidos à custa do investimento de muito tempo e energia. Grande parte do ‘mundo do trabalho’ no capitalismo globalizado existe em condições de pobreza ou miséria, reduzida à mera sobrevivência física, num estado que eu considero infra-humano. Por outro lado, existe um número sempre menor e mais rico, em termos relativos

¹⁰Ver *Global Wealth Report*, 2015, do grupo financeiro Allianz,

e absolutos, de donos do capital industrial, agrícola e financeiro, que vivem das rendas do seu capital, ou da mera especulação. Estes últimos “vivem para ganhar dinheiro”.

Estes dois blocos históricos têm interesses essencialmente antagônicos, e dão à luta de classes no capitalismo globalizado um perfil único e contemporâneo. Mas a complexidade sempre surpreende e nos obriga a novos esforços de pesquisa e desvelamento para entendermos o movimento da realidade. Pouco depois de vitoriosa a luta operária pelo reconhecimento das suas organizações de classe no século passado, os donos do capital que as combateram frontalmente sem êxito, encontraram uma forma eficaz de cooptação de trabalhadores e sindicatos nos países industrializados – a distribuição de ações da empresa como parte da remuneração dos trabalhadores. Criando assim uma situação paradoxal para estes: lutar por melhores salários, ou por maiores lucros para suas empresas, o que implicava menores gastos com salários? Outras concessões foram sendo adotadas, a fim de expandir o horizonte de realização de lucros das empresas e intimidar e enfraquecer os sindicatos, dividindo os trabalhadores, tais como barganhas, fechamento de fábricas, migração de fábricas para regiões ou países que prometiam maiores ganhos e menor pressão laboral, obtenção de políticas de governo favoráveis ao capital.¹¹ Mais recentemente, veio a grande onda de substituição da força de trabalho por inovações tecnológicas na informática e na robótica, a eliminação sistemática de empregos substituindo trabalhadores por máquinas e robôs. Uma fábrica na China adotou uma maciça robotização cortando 40% da sua força de trabalho; e apresentou resultado líquido 36% maior que no ano anterior. As empresas privadas de ônibus do Rio de Janeiro, sem a devida regulação estatal, em dois anos praticamente eliminaram a função de trocador, reduzindo o número de empregados por ônibus em 50%, transferindo aquela função para o motorista. Não deram aumento aos motoristas pela maior responsabilidade e pela acumulação de duas funções no mesmo tempo de trabalho como motorista. As artimanhas do capital na sua luta contra as classes trabalhadoras são inúmeras, de diferentes graus de perversidade.

A tendência do capitalismo globalizado é reduzir os sindicatos e associações das classes trabalhadoras a uma força marginal na sociedade, a menos que o movimento trabalhador e popular defina e empreenda estratégias viáveis para enfrentar esses ataques do capital. Uma destas estratégias foi criada por uma cooperativa de advogados trabalhistas em Barcelona, o Coletivo Ronda. A estratégia consiste em persuadir os trabalhadores que venciam seus conflitos trabalhistas a usar esta vitória como meio de gerar coletivamente nova ocupação convertendo a empresa derrotada em cooperativa, ou criando uma nova cooperativa com a soma dos valores recebidos por cada trabalhador. A expansão do movimento cooperativo na Catalunha nos últimos 20 anos foi notável, e desenvolveu-se com ele uma economia fundada na

¹¹Ver Mike Slott, <http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=lrr>

fundada na solidariedade, e um mercado voltado para o social e o bem viver, em vez de motivado apenas pelo lucro. Outra estratégia, adotada por movimentos sindicais e associativos no Brasil e na Colômbia, foi investir energia, recursos e tempo no desenvolvimento de economias centradas no trabalho – economia solidária, economia criativa, economia do trabalho, economia de comunhão, e outras.

Nossa reflexão não pode se ater às relações de trabalho que prevalecem hoje. A questão de fundo da luta de classes é a Democracia.

Luta de classes e democracia – a era das comunidades intencionais

A luta de classes é gerada e continuamente renovada pelos donos do capital e não pelas classes trabalhadoras. De forma ativa, apropriando-se dos bens e recursos produtivos e dos excedentes gerados pelo trabalho humano e pelo avanço da tecnologia, e arrancando margens de lucro expropriativas dos consumidores via preços injustos¹²; e de forma passiva, pela apropriação privada da renda do capital gerada pela mercantilização do dinheiro e pela especulação.¹³ Em ambos os casos, a relação socioeconômica se caracteriza pela exploração das classes que vivem do trabalho pelas classes que vivem de ganhos do capital. Por trás da luta de classes está a questão do poder político.

Habitualmente a discussão sobre poder político e democracia é feita como se a questão se limitasse ao papel do Estado. Para mim é necessário colocar o Estado como parte da tríade Estado – classes do capital – classes do trabalho. Portanto, a relação entre os dois atores sociais e o Estado é a chave da reflexão sobre luta de classes e democracia. A disputa permanente que existe no capitalismo pela apropriação dos excedentes da produção de bens e serviços, na forma de lucro e na forma de salário, desnuda a condição estrutural característica do capitalismo como sistema socioeconômico e político, e a aliança indissolúvel entre patriarcalismo e individualismo como sistema cultural dominante do capitalismo: separatividade, divisão social, concorrência de egos, guerra entre as classes, os gêneros, os clãs, as etnias, as nações. E guerra contra a Natureza, como se ela se opusesse à vida e ao desenvolvimento humano. Esta condição não pode ser superada pela boa vontade de empresários esclarecidos exceto em espaços reduzidos, que tendem

¹²Preços injustos seriam aqueles que se baseiam na lógica de arrancar o máximo do comprador no ato da venda, independentemente do custo. Um exemplo extremo resulta de pesquisa que fiz em Genebra, Suíça, de alguns produtos vendidos num centro comercial. Uma agulha de vitrola de discos LP, que havia custado 2,50 francos suíços à loja, era vendida por 90 francos suíços, ou 3.000% de margem de lucro. Preço justo é aquele que leva em consideração o custo e inclui um margem que permita afirmar que a troca foi do tipo ganha-ganha.

¹³A mercantilização do dinheiro torna este uma mercadoria com preço no “mercado” – de capitais, de câmbio, ou de *commodities* atuais ou futuras. O preço do dinheiro é expresso pela taxa de juros e pela taxa de câmbio. A reprodução do dinheiro pelo dinheiro trocando de mãos, e não pela sua aplicação em investimentos produtivos, é a especulação, que constitui uma ameaça permanente de instabilidade e crise para as economias dos países e das famílias.

a ser absorvidos ou destruídos pela lógica do capital. Esta condição permeia todas as outras relações na sociedade, e faz do capitalismo um sistema que tende à crise orgânica sempre renovada, e à luta permanente entre as classes.

As tentativas de superação do individualismo capitalista – “eu-sem-nós” – pelo modelo inverso de conceber o Homo – “nós-sem-eu” – tem levado a um tipo de coletivismo de cunho também patriarcal e autoritário. Não foram outra coisa as experiências de construção do socialismo nos países do centro e leste da Europa, na África e na América Latina. A fala de Amílcar Cabral, líder da luta pela independência da Guiné Bissau e Cabo Verde, é reveladora. Eu a parafraseio aqui por não ter em mãos a citação do texto de Amílcar:

Não há dúvida de que os povos da Guiné Bissau e do Cabo Verde vão derrotar o colonialismo de Portugal. A questão é o que nós – a pequena burguesia revolucionária formada em Portugal – vamos fazer com o poder do Estado: ou nos instalarmos no poder e usufruir dos seus privilégios, ou cometermos um *suicídio de classe*, constituindo-nos num fator que favoreça o empoderamento do povo para assumir o protagonismo sobre sua própria história.¹⁴

A clareza de Cabral em relação a um projeto socialista democrático,¹⁵ é evidente. Empoderamento do povo para tornar-se sujeito do seu próprio desenvolvimento implica tornar-se protagonista na economia, para que se torne possível o seu protagonismo na política e na cultura. Esse postulado de Cabral também implica uma definição radicalmente democrática do Estado. Na democracia socialista o Estado seria um facilitador do empoderamento das classes populares, que vivem do seu trabalho, no processo de construção do seu próprio empoderamento enquanto povo-sujeito. Portanto, um papel de ‘educador da libertação’, que guia e instrumenta o povo trabalhador no sentido de sua crescente emancipação – autogestão, autonomia e solidariedade enquanto povo. Um Estado que se qualifica como serviço à sociedade que o escolheu. Um Estado que se ocupa somente daquilo que a sociedade não pode realizar de forma autogestionária e solidária. Um Estado orquestrador da diversidade das comunidades, regiões e biomas que compõem a sociedade e os territórios. Um Estado que exerce a política com P maiúsculo, ou seja, a política do serviço, da amizade, da solidariedade, orientada por um projeto de bem viver e de felicidade para todas e todos, e não para a acumulação de dinheiro nem para o consumo ilimitado e desenfreado de bens materiais. Um Estado composto de políticos que promovem pelo exemplo os princípios e valores de uma Socioeconomia Solidária: solidariedade, autonomia, responsabilidade, reciprocidade na dádiva, retribuição justa, equidade,

¹⁴Ver Marcos Arruda, 2009, “Educação para uma Economia do Amor”, Editora Ideias&Letras, Aparecida do Norte, SP, p. 245, nota 132.

¹⁵Socialismo no sentido de ‘sociedade no poder’ ou, parafraseando Gramsci, no sentido de ‘um Estado cercado de sociedade por todos os lados’. Bem distante da Estatolatria que Gramsci critica com veemência.

subsidiariedade, democracia e sustentabilidade na relação com o meio natural.¹⁶

Merece que consideremos aqui uma questão muito relevante para o Brasil e para o mundo contemporâneo: é possível realizar a transformação radical da sociedade pela via da democracia parlamentar? A história do Partido dos Trabalhadores tem lições importantes a oferecer. Um partido que nasceu nas bases da sociedade, nos anos subsequentes ao fim da ditadura corporativo-militar; que conquistou um espaço junto às classes oprimidas, incluindo significativa porção da classe média; que optou mais tarde por disputar o terreno da política institucional no contexto do Estado, ocupando funções nos poderes executivo e legislativo dos estados e municípios, levando como bandeira o projeto de construção da democracia participativa através do exercício democrático das liberdades individuais, sociais e cidadãs. Mas também um partido que, ao longo da trajetória que o levou à hegemonia política e ideológica nos órgãos de representação municipais, estaduais e federais, foi abandonando o sentido originário de sua missão— lançar as bases para a democratização da economia de forma soberana e solidária, e construir uma democracia política ao mesmo tempo representativa e direta — e fazendo alianças com os partidos das classes dominantes, visando a governabilidade agora como fim e não mais como meio.¹⁷

A meu ver, o erro fatal do PT foi tomar o compromisso com a ação no campo político institucional como uma escolha tipo ou-ou em relação ao seu caráter de partido de massa. A escolha resultou na transformação do PT em partido institucional, como todos os outros, e na adoção do poder do Estado como fim, renunciando ao objetivo de usar esse poder para criar condições propícias ao empoderamento da sociedade trabalhadora, edificando no Estado a dimensão direta da democracia, ao lado da representativa, que continuava hegemonizada pelos donos do capital.¹⁸ Para isto, os políticos do PT tinham que realizar o *suicídio de classe* de que falava Amílcar Cabral: usar seus cargos como *serviço à população trabalhadora* e ao seu empoderamento, e não como meios de adquirir prestígio e poder pessoal, e pior ainda, como meios de enriquecimento ilícito e desvio dos recursos destinados ao desenvolvimento socioeconômico e humano da população e à potencialização do Brasil como nação soberana, livre, autenticamente democrática, socialmente solidária e ambientalmente sustentável. A metamorfose kafkiana do PT reduziu-o a um grande inseto, presa da sanha das direitas hipocritamente moralistas, antidemocráticas e entreguistas, que hoje ocupam o governo federal.

¹⁶ Ver Euclides Mance, 2008, “As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica”, IFIBE, Passo Fundo, RS: pp. 126-128.

¹⁷ Ver Marcos Arruda, 2006, “Cartas a Lula: Outro Brasil é Possível”, Editora Documenta Historica, Rio de Janeiro.

¹⁸ Ainda no PT, encaminhei a proposta de os dirigentes do partido que ocupassem posições no Estado não pudessem ocupar nenhuma função diretiva dentro do partido. Minha ideia era que, com a eleição de dirigentes para postos no Estado, o partido agora comporia o Estado e, ao mesmo tempo, continuaria sendo parcela cidadã ativa da Sociedade Civil. Para fortalecer esta parcela do partido que continuava sendo Sociedade Civil, para que ela tivesse suficiente distanciamento dos governos do PT para pressioná-los, ou crítica-los sempre que necessário, ela precisava de relativa autonomia em relação às suas anteriores lideranças. Minha proposta nunca foi acolhida.

Concluo esta reflexão focalizando alguns caminhos para a edificação de uma democracia integral, capaz de levar adiante a evolução consciente da Humanidade no sentido do bem viver, da paz e da harmonia; capaz de propiciar o desabrochar dos mais elevados potenciais de cada pessoa, família, comunidade e povo e, assim, à superação definitiva do capitalismo globalizado.

São vários os possíveis fatores de crise orgânica da civilização do capital, da energia baseada em combustíveis fósseis, da economia baseada na competição, na redução do sentido da vida humana ao lucro, ao crescimento, acumulação e consumo ilimitados de sempre mais bens materiais. A mudança climática, a perda crescente de biodiversidade, a poluição dos solos, do ar e das águas, o uso irresponsável de combustíveis fósseis e nucleares, a acidificação e a poluição dos oceanos, o desmatamento em escala insustentável, a desertificação, o aprofundamento das desigualdades sociais, a hegemonia sempre maior obesa do sistema financeiro globalizado, a militarização e a expansão sempre crescente do complexo financeiro-industrial-militar, cuja fonte de lucros são as guerras e a violência de todo tipo, a carência de regulações das indústrias químicas, de biotecnologia e de produtos alimentares artificiais, a falta de regulação das indústrias midiáticas e de propaganda comercial, os tratados de ‘livre’ comércio, a falta de pesquisa dos fatores de crise e de medidas preventivas eficazes para evitar que elas explodam, portanto, a irresponsável falta de autêntico pragmatismo por parte das autoridades corporativas, políticas e culturais; todos estes são potenciais fatores de crise sistêmica, ainda mais pelo fato de serem interligados e provavelmente atuarem uns sobre os outros, gerando quadros catastróficos para a vida humana e do planeta.¹⁹

Focalizo, enfim, o tema do principal ator do poder político. Nas diversas formas de autoritarismo, o ator dominante do poder político é hoje, como vimos acima, o grande capital. Ele usa o poder econômico como instrumento de pressão sobre os políticos para obter legislações favoráveis a ele, para ganhar licitações ilicitamente ou mesmo ilegalmente, para corromper funcionários, para ganhar o controle de bens naturais e produtivos que são patrimônio comum ou público, para montar monopólios, oligopólios e carteis à revelia da lei, para fazer transferências ilegais de lucros ao exterior, para sonegar impostos sem punição, para lavar dinheiro de atividades ilegais e imorais sem punição, para perseguir e matar líderes dos trabalhadores, indígenas e quilombolas sem punição, para destruir ecossistemas sem assumir o ônus da prevenção, da multa e das punições legais e morais. O grande capital, nas últimas décadas, substituiu o poder militar absoluto da ditadura pela ocupação de cargos públicos por empresários, banqueiros, latifundiários e agronegociantes, manipulando as leis e os aparatos políticos, militares e ideológicos do

¹⁹ Ver “Cidadãs e Cidadãos do Povo da Terra: Criemos nosso próprio Poder”, Paris, dezembro de 2015, documento divulgado no final da COP21 – 21^a Conferência das Partes sobre Mudança Climática. Assine o documento em <http://fsm2016.org/en/transition>. Neste portal você pode ler o documento em 12 idiomas.

Estado ao seu favor. O sistema político que lhe corresponde é a “corporatocracia”. O Estado, tanto sob a ditadura quanto sob o controle do grande capital, serve mais aos interesses das classes dominantes do que da maioria trabalhadora, precarizada e excluída.

A característica estrutural da corporatocracia é a forma vertical, autoritária, patriarcal, de propriedade e gestão do capital e dos bens da natureza, das empresas, das cadeias produtivas, e do próprio Estado. O poder político e econômico vão se tornando mais centralizados na proporção direta da concentração da renda e da riqueza, do saber e da técnica. Este sistema é responsável pela crise orgânica da civilização dominante.

Olhando o mundo de hoje, à primeira vista encontramos as massas de gente que vive do seu trabalho, e que gasta a maior parte do seu tempo ocupada com a simples sobrevivência física. Mas é possível também encontrar um número crescente de iniciativas que atuam nas frestas do sistema, lançando práticas de governança participativa, de economia fundada na solidariedade, no saber da vida, na reciprocidade na dádiva, no uso de fontes renováveis de energia, no cuidado da água, das florestas, do solo e do ar, na partilha generosa dos excedentes, no cultivo da beleza, da ajuda mútua, da comunicação biunívoca, na qualidade da alimentação, na autogestão da saúde e dos meios naturais de sustentação da vida. Estes grupos que se organizam com finalidades explícitas são chamados de *comunidades intencionais*.

Movimentos como o da economia solidária, economia criativa, economia do trabalho, economia da comunhão, Ecovilas, educação popular libertadora, cidades em transição, cidades sustentáveis e outros são evidências de que há um grande número de pessoas que não se conformam com o “pensamento único” propugnado pelos ideólogos do capital.²⁰ Estes movimentos vivenciam princípios e valores comuns, ainda que tenham objetivos e formas diversas de coloca-los em prática. É o que chamo de *noodiversidade*, acentuando a dimensão consciente reflexiva, projetiva, antecipatória e antropopoiética do ser humano. Valorizar a diversidade como uma forma essencial de ser da Vida, e olhar o diferente não pelo viés da competição e da ameaça ao ego do outro, mas sim pela via da complementariedade, da partilha e da reciprocidade na dádiva já é inaugurar o mundo possível no interior mesmo do velho mundo.

Humberto Maturana é um dos autores que mais contribui para o aprofundamento do conhecimento de quem somos nós e de como a democracia autêntica é a única maneira de organização do poder que

²⁰ A ex-primeira ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, chegou a criar a expressão TINA – *There Is No Alternative*, para expressar a ideologia do liberalismo econômico capitalista.

propicia o ambiente adequado para o desenvolvimento dos potenciais humanos.²¹ Maturana, como biólogo e especialista em neurobiologia, compreende os seres sociais como vocacionados para o amor, entendido este como a capacidade de acolher o outro enquanto autêntico outro no conversar, no linguajar, e não como uma projeção autocentrada do eu no outro. Ele também compreende o Homo como quem *é ser* porque *faz*. Depois de estudar o nascimento e a evolução do Homo enquanto espécie dotada da capacidade de *autopoiese*, ou do fazer-se à medida que faz o mundo, Maturana avalia os fatores que levaram a humanidade a organizar-se em torno da autoridade e do poder masculino. Na falta dos elementos que constituem o feminino, que equilibram, harmonizam e complementam os do masculino, este tende à prepotência, à dominação e à egolatria, que no plano social e político se traduz na Estatolatria e à autocracia em qualquer espaço institucional.

A superação das formas patriarcais de poder está sendo praticada por aquelas comunidades intencionais, que introduzem no seu cotidiano modos de propriedade e de governança compartilhada, métodos não violentos de solução de conflitos, formas sustentáveis de construção de suas moradias e sistemas energéticos e de transporte, e tecem redes solidárias que permitem a extensão de suas atividades e relações para além do espaço local.

Tais formas de organização social e desenvolvimento humano autogestionário e solidário têm o potencial de espalhar-se de modo capilar através das sociedades, gerando efeitos de demonstração que atraíam um número crescente de pessoas, sobretudo jovens, e grupos humanos, para um projeto capaz de recriar saudavelmente e duravelmente o tecido social, projetando seus princípios, valores e práticas inovadoras em níveis sempre mais abrangentes, do local até o nível de uma globalização enraizada na humano e no comunitário; uma globalização que acolha este novo ator político em construção – a Cidadania Planetária do Povo da Terra – como sujeito que convida à união da diversidade sem que esta união pretenda eliminar a diversidade, antes enriquecendo-se com ela e harmonizando-a para a realização concertada dos fins comuns – a construção sempre renovada de ambientes propícios para o desenvolvimento dos potenciais e atributos do Homo, em vista do bem viver e felicidade de cada um e de todas e todos.

Recebido em 13 de outubro de 2016

Aceito em 15 de novembro de 2016

Editado em 15 de dezembro de 2016

²¹Humberto Maturana e Gerda Verden-Zoeller, “Brincar e amar: Os Fundamentos Esquecidos do Humano”, Editora Palas Athena, São Paulo.